



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009507-94.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos**
 Requerente: **Karen França Pedro**
 Requerido: **Fazenda do Município de São Carlos**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer, com pedido de tutela antecipada, proposta por **Karen França Pedro**, representada por sua mãe e curadora Marlene de Fátima França, contra o **Município de São Carlos**, sob o fundamento de que padece de *epilepsia e síndromes epiléticas sintomáticas definidas por sua localização (focal) (parcial) com crises parciais simples* (CID 10, G40.1) e *retardo mental grave – comprometimento significativo do comportamento requerendo vigilância ou tratamento* (CID 10, F72.1), motivo pelo qual tem a sua coordenação motora prejudicada e problemas físicos decorrentes da cadeira inadequada, sendo dependente de terceira pessoa para atividades cotidianas, razão pela qual lhe foi prescrito o uso de cadeira de rodas *AVD alumínio reclinável*, modelo diverso do padronizado pelo SUS, a fim de possibilitar a sua locomoção e alimentação, assim como manter a postura inclinada durante o descanso e pós-convulsões de modo a diminuir a sobrecarga nos quadris ou coluna. Sustenta que não tem condições de adquirir a cadeira, em vista da renda familiar ser de apenas R\$ 788,00.

Documentos acostados às fls. 8-18.

O MP manifestou-se pela concessão da tutela antecipada (fl. 22), a qual foi deferida às fls. 23-24.

Citado (fl. 31), o Município apresentou contestação às fls. 32-51, na qual alega, em resumo: **I)** em preliminar, carência de ação por falta de interesse de agir em vista da existência de pedido administrativo e ausência de relatório médico com as especificações necessárias; **II)** não ter ficado evidenciado se a família da interessada é hipossuficiente ou se ela possui mecanismos para colaborar parcialmente com a aquisição



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

da cadeira de rodas; **III**) ilegitimidade passiva *ad causam* e falta de interesse processual, pois o somente participa da dispensação de medicamentos classificados como essenciais, ficando a DRS III, vinculada ao Governo do Estado, responsável pelos equipamentos de alto custo ou excepcionais, razão pela qual requer o chamamento ao processo para ajustamento do polo passivo da lide; **IV**) no mérito, que a saúde não está prevista como um direito individual da pessoa, mas como um direito social de efetivação programática; **V**) a exigência de equilíbrio fiscal impõe a prevalência do interesse público sobre o privado; **VI**) a demanda o onera, ofendendo o Princípio da Reserva do Possível.

Réplica às fls. 63-66, na qual a autora informa que: **I**) o pedido administrativo existe há um ano, não se justificando a demora na entrega do bem; **II**) a necessidade do equipamento foi atestada por médico; **III**) a Súmula 37 do TJSP estabelece que a ação de fornecimento de medicamentos e afins pode ser proposta em face de qualquer pessoa de Direito Público Interno; **IV**) a norma constitucional tem imediata exigibilidade; **V**) a cadeira de rodas não é um item excepcional e deveria ter sido fornecida, desde a primeira prescrição, pelo réu; **VI**) a arrecadação de impostos é ininterrupta, razão pela qual a noção de finitude de recursos não pode orientar a capacidade estatal; **VII**) o Judiciário não invade o poder discricionário da Administração, pois apenas faz com que se cumpra a lei.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O presente feito comporta julgamento no estado em que se encontra, vez que caracterizada a hipótese do artigo 330, I, do Código de Processo Civil (julgamento antecipado da lide).

Em primeiro lugar, não é o caso de ilegitimidade passiva. Isto porque a Constituição Federal, no artigo 196, estabelece que *'a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação'*.

Ademais, foi estabelecida competência comum para todos os entes da


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

federação no cuidado da saúde¹ e, não fosse isso o suficiente, o artigo 30, inciso VII, confere aos Municípios a competência para prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população².

A solidariedade passiva dos entes públicos (União, Estado e Municípios) resta evidente na leitura do artigo 198, caput e parágrafo primeiro, da Constituição Federal, quando estabelece que "*as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único*" e que o sistema único de saúde será financiado com recursos do orçamento da "*seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes*".

Como a solidariedade passiva implica possibilidade de o credor cobrar de qualquer um dos devedores, não há que se falar em quinhão de responsabilidade da União, do Estado, do Distrito Federal e do Município no fornecimento gratuito de medicamentos, equipamento médico ou de tratamento. Nessa sentido, o lapidar aresto do E. STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A Corte Especial firmou a orientação no sentido de que não é necessário o sobrestamento do recurso especial em razão da existência de repercussão geral sobre o tema perante o Supremo Tribunal Federal (REsp 1.143.677/RS, Min. Luiz Fux, DJe de 4.2.2010). 2. O entendimento majoritário desta Corte Superior é no sentido de que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios são solidariamente responsáveis pelo fornecimento de medicamentos às pessoas carentes que necessitam de tratamento médico, o que autoriza o reconhecimento da legitimidade passiva ad causam dos referidos entes para figurar

¹ Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...]

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência

² Art. 30. Compete aos Municípios:

[...]

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

nas demandas sobre o tema. 3. Agravo regimental não provido.³-
[grifei].

Do mesmo modo, não há que se falar em falta de interesse de agir. É certo que “o interesse processual se consubstancia na necessidade de a autora vir a juízo e na utilidade que o provimento jurisdicional poderá lhe proporcionar”⁴.

Por outro lado, incabível o chamamento ao processo, pois não se trata de obrigação de pagar quantia certa, mas sim de obrigação de fazer.

Assim, cabe ao Município demandar os demais entes federados, regressivamente e não impor este ônus à autora, que é hipossuficiente, sendo assistida pela Defensoria Pública.

Além disso, a cadeira de rodas foi prescrita por fisioterapeuta (fl. 13), frente as necessidades e peculiaridades da paciente, tendo o pedido administrativo sido feito há cerca de um ano, sem resposta, contudo.

Cabe ao Município ter em seu orçamento verbas destinadas ao gasto com medicamentos e acessórios necessários à saúde para a população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes, como é o caso da autora.

Até porque a presente questão não está ligada à viabilidade econômica do Poder Público em atender os necessitados, mas sim à necessidade de resguardar um direito do cidadão.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que,

³ STJ. Processo AgRg no REsp 1159382/SC. Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES - SEGUNDA TURMA. Julgado em 05/08/2010. Publicado em DJe 01/09/2010.

⁴ Nery Junior, Nelson. *Código de processo civil comentado e legislação extravagante*. 10. ed. Ed. Revista dos Tribunais, 2007, p.167.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional. Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito como o direito à saúde se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Não há que se falar em invasão indevida do Poder Judiciário no orçamento público, uma vez que no cotejo com o direito à saúde, este demonstra inegável prevalência sobre os interesses patrimoniais. Ademais, vigora hoje em dia o conceito de efetivação da tutela jurisdicional, o que pressupõe medidas eficazes para a proteção dos direitos.

Ademais, o direito à saúde foi concebido pelo legislador constituinte como um direito de todos e dever do Estado, que deve garanti-lo, indiscriminadamente, a qualquer integrante da comunidade, por força da adoção de políticas sociais e econômicas voltadas para esta finalidade. As ações e serviços de saúde foram consideradas de relevância pública, tendo a diretriz do atendimento integral como um de seus lastros.

Os princípios da universalidade e da igualdade de acesso aos serviços de saúde também se aplicam à hipótese dos autos. Aliás, tais princípios devem ser interpretados como inclusivos, ou seja, garante-se a universalidade e a igualdade quando satisfeita a necessidade particular do cidadão em relação à sua saúde. Neste ponto, o réu deturpa os conceitos desses princípios passando a enxergá-los apenas na perspectiva coletiva, e assim, lhes retiram qualquer eficácia quando existe uma situação concreta que exige o atendimento público.

Ressalte-se, por fim, que a necessidade da cadeira foi atestada pelo fisioterapeuta da APAE, com concordância do Diretor Administrativo da instituição, bem como solicitada pelo médico pediatra (fls. 18).

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, ficando mantida, a tutela antecipada, para fornecimento cadeira de rodas *AVD alumínio reclinável*.

O requerido é isenta de custas, nos termos da lei.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Condeno o requerido a arcar com os honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 100,00, em vista da repetitividade da matéria debatida.

P.R.I.C

São Carlos, 22 de fevereiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**